

### Serviço de Protocolo Geral

Processo: 4145/2009 Projeto de Lei : 264/2009
Data e Hora: 10/07/09 09:17:13

Procedência: Juarez Vieira SANCIONIADO

Ementa: Obriga as salas de cinema e todos os locals que utilizam telas de prójeção de filmes, shows e similares, localizadas no Município de Vitória a promover, nas telas de projeção, a divulgação de fotos de crianças e adolescentes desaparecidos.

### **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Processo: 4145/2009 ... Projeto de Lei : 264/2009

Data e Hora: 10/07/09 09:17:13

Procedência: Juarez Vieira

Ementa: Obriga as salas de cinema e todos os locais que utilizam talas de projeção de filmes, shows e similares, localizadas no Município de Vitória a promover, nas telas de projeção, a divulgação

de fotos de crianças e adolescentes desaparecidos.

### EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA/ES.

O vereador signatário da presente, no uso de suas prerrogativas regimentais, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa propor o Projeto de Lei que segue abaixo:

### PROJETO DE LEI

Ementa: Obriga as salas de cinema e todos os locais que utilizam telas de projeção de filmes, shows e similares, localizadas no Município de Vitória, a promover, nas telas de projeção, a divulgação de fotos de crianças e adolescentes desaparecidos.

Art. 1º Ficam obrigadas todas as salas de cinema e locais que utilizam telas de projeção de filmes, shows e similares, localizadas no Município de Vitória, a promover, a divulgação de fotos de crianças e adolescentes desaparecidos, com seus respectivos nomes, bem como telefone para comunicar o seu paradeiro.

§ 1º A exposição das fotos deve sempre ocorrer antes da exibição do filme em cartaz, dos shows e similares, nos espaços e períodos destinados à intervalos.

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO** 

Processo Folha Rubrica

Y1YS 02 2

- § 2º O tempo destinado para a veiculação das fotos deve ser de, no mínimo, 30 (trinta) segundos, por cada exibição do filme em cartaz, shows e similares.
- art. 2º Para a obtenção das fotos de crianças e adolescentes desaparecidos, as empresas responsáveis pela exibição de filmes, shows e similares poderão articular-se com os seguintes organismos:
- I Conselho de Proteção a Infância e Adolescência do Estado do Espírito Santo;
- II Varas da Infância e da Juventude sediadas no Município do Vitória;
- III- Organizações Não Governamentais ONGs ou fundações, legalmente constituídas, cujas respectivas finalidades estatutárias sejam localizar crianças e adolescentes desaparecidos;
- IV Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e Adolescente, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.
- V Conselhos Tutelares, entre outros.
- Art. 3º As autorizações, liberações para exibição de filmes e realização de shows e similares, estarão condicionada ao cumprimento desta lei.
- Art. 4º Os estabelecimentos que descumprirem o disposto nesta lei estarão sujeitos, sem prejuízo de outras sanções legais, à:
- I notificação para cumprimento com prazo de 48 horas;
- II suspensão do funcionamento, por 30 (trinta) dias, caso seja constatado o não cumprimento no prazo assinalado no inciso I deste artigo;
- III cassação do Alvará de Licença para Estabelecimento, na reincidência da irregularidade.

Art. 5º Esta lei entra em vigor após decorridos 45 (quarenta e cinco) dias de sua publicação.

Palácio Atílio Vivacqua, 09 de julho de 2009

Juarez Gonçalves Vieira Vereador

**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO** 

CÂMARA M	UNICIPAL	DE VITÓRIA	
Processo	Folha	Rubrica	
		1	
4145	03	25	

#### **JUSTIFICATIVA**

O Projeto em análise obriga as salas de cinema, locais de eventos para shows e similares no município de vitória a divulgarem, nas suas telas de projeção, as fotos de crianças e adolescentes desaparecidos.

Entre as diversas causas para o desaparecimento de crianças e adolescentes, temos o seqüestro quando as crianças e adolescentes fazem o percurso de ida e volta da escola, a situação de miséria, a violência doméstica, os conflitos de guarda; a perda por descuido, negligência ou desorientação; o tráfico para fins de exploração sexual ou para comércio de órgãos; a situação de abandono; a suspeita de homicídio; e o rapto consensual, ou seja, fuga para ficar com o namorado.

Precisamos utilizar vários mecanismos para auxiliar as famílias.

Nosso país sofre constantemente com desaparecimento de crianças e adolescentes e esse é um problema que afeta significativamente às famílias.

Dos casos de desaparecimento registrados no Brasil um percentual de 10 a 15% permanecem sem solução por um longo período de tempo, e, às vezes, jamais são resolvidos, consoante propalado, em 13.4.2009, no site da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Estima-se que, todos os anos, mais de 200 mil pessoas desaparecem no Brasil e o número crianças e adolescentes pode chegar a 40 mil.

No ano de 2006, os cinemas brasileiros atingiram o público de exatamente 90.283.635 (noventa milhões duzentos e oitenta e três mil e seiscentos e trinta e cinco) espectadores. Pessoas que, em potencial, podem ajudar a reconhecer e principalmente comunicar o paradeiro de crianças e adolescentes.

Consideramos a divulgação das fotos de menores desaparecidos nas salas de cinema, shows e similares um procedimento simples a ser implementado, mas extremamente eficaz, já que milhões de pessoas de todas as classes sociais freqüentam nossos cinemas, participam de shows e similares e, imbuídas do sentimento de solidariedade, poderão colaborar para minorar o sofrimento dos responsáveis pelas crianças e adolescentes desaparecidos.

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CÂMARA M	UNICIPAL	DE VITÓRIA	
Processo	Folha	Rubrica	
4145	04	du	

Registra-se que no município do Rio de Janeiro esta tramitando projeto semelhante.

Por todo exposto, por se tratar de questão de relevante interesse público, conto com o apoio dos nobres pares na aprovação deste Projeto.





CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
Processo Folha Rubrica
4145 05

	4345 05
	INCLUÍDO NO EXPEDIENTE
	Em 10 /08 /09
	DIRETOR AND
	20 CYP DIME
	CAUDIRGIA
	white of the property of
•	INCLUA-SE EM PAUTA PI DISCUSSÃO ESPECIAL
	Em 107/2099
	PRESIDENTE DA CAMARA
	10 91 3 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1
	Pautado em Discussão
	Em, 15/07/09
-0.A	
	Presidente da Câmara
	2.ª Diamerão
	Pautado em Discussão
	83638MOO 84 01004 30 panuar ola Câmara
	and me to the
	queline R. F. Freitas
	Pautado em Discussão
	Em, 04 0 × 109
	Presidente da Câmara
	A CONTRACTOR OF THE PROPERTY O
	No. of the second secon

CÁMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA Processo Folha Rubrica	CAMARA MUNICIPAL DE VITORIA SELADO DO ESPIRITO SANTO
STATISTICS.	TENTOGREJON
Ma and Const	
FARA ENCAMII	NHAR O PRESENCE PROCESSO S ABAIXO:
10	Secretary Control of the Control of
The processing and control of the property of the control of the c	Marie a superior and the second secon
and Joseph Control of the Control of	
3)	The second of th
4)	
Em. S	5/08/2003
An an any own amount of the second	Diretor DEL
	LAUR IRUT
A shursoria gurid	ica
We orden ido Kr	residente da Comissão de fustiça La, estamos eneraminhando a
Gereador Ademar Koch	a, ustamos uneaminhando a
processo para canálise	preliminar da matéria.
	2 0-100100
	&m, 05/08/09
	SAC - SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES
	SAC - SERVING US APORO AS COMISSOES
	Jaqueline R. F. Freitas
* * * * * * * * * * * * * * * * * * * *	
1	
A	ζ,
	<del></del>

### Processo Folia Fisica 4145 06 Q

## Câmara Municipal de Vitória 4145 06 Comissão de Justiça

AUTOS DO PROCESSO N.º 4145/2009 PROJETO DE LEI N.º 264/2009

### RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei, formulado pelo Vereador JUAREZ GONÇALVES VIEIRA, conforme consta na documentação de fls. 01/02.

O referido projeto tem como finalidade, ou seja, "EMENTA: Obriga as salas de cinema e todos os locais que utilizam telas de projeção de filmes, shows e similares, localizadas no Município de Vitória, a promover, nas telas de projeção, a divulgação de fotos de crianças e adolescentes desaparecidas".

Os autos vieram a Assessoria Técnica para emitir parecer sobre a legalidade da matéria.

É o breve relatório.

### **FUNDAMENTAÇÃO**

O projeto do EXCELENTÍSSIMO SENHOR VEREADOR JUAREZ GONÇALVES VIEIRA se diz respeito na obrigação no Município de Vitória, de divulgação de fotos de crianças e adolescentes desaparecidas, através das salas de cinemas, bem como, de locais, que utilizam telas de projeção de filmes, de shows e similares, de uma forma geral, fato explicitado em 09.07.2009 (doc. de fls. 01/02) – ainda, sua EXCELÊNCIA se manifestou, através da justificativa de fls. 03/04 – sob a ótica da norma legal aplica em relação à matéria propriamente dita.

Por outro lado, há necessidade de se trazer à baila, que a matéria em si está capitulada no artigo 80, inciso I, da Lei Orgânica do Município de

## Câmara Municipal de Vitória Comissão de Justiça



Vitória, motivo pelo qual, não há nenhum ferimento a própria norma legal aplica em relação à matéria.

Outrossim, a título de ilustração, se pode enforcar, que a abstração e a generalidade, elementos da norma jurídica, impedem, muitas vezes, pela amplitude do comando dela emanado, que a regra de direito contenha, em si mesma, um mecanismo para evitar o seu uso ilegítimo, ou para sancioná-lo, naqueles casos em que se simula cumprir a lei, quando, na verdade, se contraria o seu preceito, alcançando-se resultado, objetivamente, outro, motivo pelo qual, se assegura o livre contraditório a uma própria norma legal.

Ainda em relação à matéria, somente a título de ilustração, se pode afirmar tomando-se por base o memorável trabalho de Rui Barbosa "Oração aos Moços", donde lembra a lição do Apóstolo: "ora, dizia São Paulo, que boa é a lei, onde se executa legitimamente. *Bona est lex, si quis ea legitime utatur*" (9ª Ed., Forense, Rio, s/d, p. 40). Sem dúvida, a lei só pode ser usada para fins legítimos, e não como instrumento de deturpação da vontade, nela virtualmente contida.

Sabe-se melhor, que seja a redação das leis, com uso de expressões simples ou precisa linguagem, poderá haver lacunas a ser preenchidas em virtude das ambigüidades e incertezas delas resultantes, razão pela qual não poderá haver outra interpretação a não ser a presente. Portanto, se conclui sem sobra de dúvidas, que a norma é taxativa, não permitindo outra interpretação.

Desta forma é necessário lembrar, que nenhum poder e nenhum princípio são absolutos em um Estado de Direito; o poder não é absoluto, estando sujeito a princípios e regras jurídicas.

## Processo Fischa Rushi

### Câmara Municipal de Vitória Comissão de Justiça

Nesse viés, um dos institutos assecuratórios desta segurança jurídica é o direito propriamente dito de um modo geral. Esta tem sua razão de ser no fato de que as relações jurídicas têm, que proporcionar estabilidade e confiança aos destinatários do ordenamento jurídico, pois o direito é concebido para gerar a paz no convívio social.

### **CONCLUSÃO**

Mediante o exposto, não existindo vícios de ilegalidade, de inconstitucionalidade ou contrário a Lei Orgânica ou ainda, contrário ao interesse público, opino favorável pela sua apreciação; opino, ainda, que seja dado conhecimento ao EXCELENTÍSSIMO SENHOR VEREADOR.

É como entendo, S.M.J.

Em 14/08/2009.

Anozôr Alves De Assis Assessor Técnico (OAB-ES 2.393)



Processo Foths Rubrica 4145 09 R

COMISSÃO DE JUSTIÇA
Ao Sr Vereador. Aloitu
Vare/ag para relatar
Fm 28,03 2009
Em colo (Sec.
Presidente

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

1145 confesão Prustica

Aprovado o Parecer

VEREADOR AREJÃO

Ao Depto. Legislativo para as devidas providências

Presidente

Em,\_\_\_0

103 10003

COMISSÃO DE JUSTIÇA

**PARECER** 

(Ao Projeto de Lei n.º 264/2009 – Processo: 4145/2009)

Trata-se do Projeto de Lei de autoria do Ilmo. Vereador Juarez Vieira, Ementa: Obriga as salas de cinema e todos os locais que utilizam telas de projeção de filmes, shows e similares, localizados no Município de Vitória, a promover, nas telas de projeção, a divulgação de fotos de crianças e adolescentes desparecidos.

Após exame, não vejo ilegalidade de qualquer natureza.

Assim sendo:

Ante os motivos aduzidos, SOU PELA LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE DO PROJETO DE LEI Nº 264/2009.

Admitindo assim, oportuno exame de seu mérito, por outras instâncias.

É o Parecer.

Palácio Attilio Vivacqua, 31 de agosto de 2009.

Vereador ALOÍSIO VAREJÃO Relator

Av. Marechal Mascarenhas de Moraes, n.º 1788 - Bento Ferreira, Vitória/ES CEP: 29052-120 Tel: 3334.4536 - Fax: 3334.4535 e-mail: varejao@projetocasaverde.org.br





Ao Sr. (a): Rita Pratti
Au Si. (a). <u>Functional de contra de</u>
Para providenciar a extração do avulso.
Em: <u>02 1 09 1 09</u> .
SAC - SERVIÇO DE AROHO ÀS COMISSÕES
Stolai his
Jaqueline R. F. Freitas
Sr. Diretor, devidamente providenciado,
Em: 03 1 091 09 · ·
- Kaa algatut
Assinatura **





### CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

### AVULSO Nº. 255/2009

4145/2009
264/2009
Obriga as salas de cinema e todos os locais que utilizam telas de proteção de filmes, shows e similares, localizadas no Município de Vitória, a promover, nas telas de projeção, a divulgação de fotos de crianças e adolescentes desaparecidos.
JUAREZ VIEIRA
Comissão de Justiça – Pela Constitucionalidade



CAMARA MUNICIPAL DE VITORIA Processo Folha Rebrica

445 13 Inclua-se na Pauta da Ordem do Dia PRESIDENTE DA CAMARA CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA ENCERRADA A DISCUSSÃO ÚNICA-APROVADA VOTAÇÃO ÚNICA AO DEL PARA EXTRAÇÃO DO AUTÓGRAFO 081 JO 1200 9 PRESIDENTE DA CMV Ao Sr. (Sra.), Od hec Para extração do Autógrafo de Lei e encaminhamento ao Executivo Municipal. Em 09/10 /2009 Diretor DEL



CAMARA MI	UNICIPAL E	DE VITÓRIA
PROCESSO	FOLHA	RUBRICA
4145	14	R

### **BOLETIM DE VOTAÇÃO**

SÃO ORDINÁRIA
5

DATA: 08 / 10 / 09

VEREADOR	VOTAÇÃO		AUSENTE	OBSERVAÇÃO
	SIM NÃO			
ADEMAR ROCHA			X	
ALEXANDRE PASSOS			X	
ALOÍSIO VAREJÃO	X			
DERMIVAL GALVÃO			X	
ESMAEL ALMEIDA			×	
FABIO LUBE	×			
FABRICIO GANDINI	×			
JUAREZ VIEIRA	X			
LUISINHO COUTINHO	×			
MAX DA MATA	×			
NAMY CHEQUER				P
NEUZINHA DE OLIVEIRA			X	
REINALDO BOLÃO	×			
SERJÃO			X	
ZEZITO MAIO			X	

SECRETÁRIO:



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
PROCESSO FOLHA RUBRICA
H145 15 C

Sr. Diretor  Providenciade a extração do autografo de Lei de que trata o presente processo nesta data.  Em. 10/2009  Ocginal: Aguira	
nesta data.	
Em. 14/10/3000	
Funcionário	-
,	
	•
* · · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	



OF.PRE. AUT. Nº 218

Vitória, 14 de outubro de 2009.

Excelentíssimo Senhor João Carlos Coser Prefeito Municipal de Vitória **NESTA** 

Assunto: Autógrafo de Lei

Senhor Prefeito,

Em cumprimento ao que dispõe o Art. 83 da Lei Orgânica do Município de Vitória, encaminho a V. Exa. o Autógrafo de Lei nº 8.858/2009, referente ao Projeto de Lei nº 264/2009, de autoria do Vereador Juarez Vieira, aprovado em Sessão realizada no dia 08 de outubro de 2009.

Atenciosamente,

Alexandre Passos **PRESIDENTE** 

Data: 15/10/2009

Hora: 15:5

Processo .....: 6643608/2009 Data: 15/10/20 Requerente .: VITORIA CAMARA MUNICIPAL Assunto .: AUTOGRAFO DE LEI

Documento ...: OFICIO - 218/2009

Destino ...... SECOP/GAB

Proc. Nº 4145/2009 - CMV LC / rca





### **AUTÓGRAFO DE LEI Nº 8.858**

A Câmara Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, havendo APROVADO o **Projeto de Lei nº 264/2009**, envia-o ao Prefeito Municipal na forma do Art. 83 da Lei Orgânica.

Obriga as salas de cinema e todos os locais que utilizam telas de projeção de filmes, shows e similares, localizadas no Município de Vitória, a promover, nas telas de projeção, a divulgação de fotos de crianças e adolescentes desaparecidos.

- **Art. 1º.** Ficam obrigadas todas as salas de cinema e locais que utilizam telas de projeção de filmes, shows e similares, localizadas no Município de Vitória, a promover, a divulgação de fotos de crianças e adolescentes desaparecidos, com seus respectivos nomes, bem como telefone para comunicar o seu paradeiro.
- § 1º A exposição das fotos deve sempre ocorrer antes da exibição do filme em cartaz, dos shows e similares, nos espaços e períodos destinados à intervalos.
- § 2º O tempo destinado para a veiculação das fotos deve ser de, no mínimo, 30 (trinta) segundos, por cada exibição do filme em cartaz, shows e similares.
- **Art. 2º.** Para a obtenção das fotos de crianças e adolescentes desaparecidos, as empresas responsáveis pela exibição de filmes, shows e similares poderão articular-se com os seguintes organismos:
  - I Conselho de Proteção a Infância e Adolescência do Estado do Espírito Santo;
  - II Varas da Infância e da Juventude sediadas no Município do Vitória;
- III- Organizações Não Governamentais ONGs ou fundações, legalmente constituídas, cujas respectivas finalidades estatutárias sejam localizar crianças e adolescentes desaparecidos;

IV - Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e Adolescente, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

V - Conselhos Tutelares, entre outros.

- **Art. 3º.** As autorizações, liberações para exibição de filmes e realização de shows e similares, estarão condicionada ao cumprimento desta lei.
- **Art. 4º** Os estabelecimentos que descumprirem o disposto nesta lei estarão sujeitos, sem prejuízo de outras sanções legais, à:
  - I notificação para cumprimento com prazo de 48 horas;
- II suspensão do funcionamento, por 30 (trinta) dias, caso seja constatado o não cumprimento no prazo assinalado no inciso I deste artigo;
- III cassação do Alvará de Licença para Estabelecimento, na reincidência da irregularidade.
- Art. 5º Esta lei entra em vigor após 45 (quarenta e cinco) dias de sua publicação.

Palácio Attílio Vivácqua, 14 de outubro de 2009.

Alexandre Passos

PRESIDENTE

Fábio Lube Rangel

1º SECRETÁRIO

Luis Carlos Coutinho
2º SECRETÂRIO

Fabrício Gandini 3º SECRETÁRIO

Proc. Nº 4145/2009 LC/rca



CAMARA MUNICIPAL DE VICAS A Processo Folha Ruprica 4145 19 www

Sr Diretor. Encaminho para expediente externo a Lei Sancionada nº Em anexo. 2009 Em Regina Célia de Aguiar Funcionária Para providenciar es demais encaminhamentos regimentais relativos ao presente processo. Presidente de Sessão E ARQUIVE-SE E Diretor



GAB/1246

Vitória, 05 de novembro de 2009

Senhor Presidente:

Sancionei na Lei nº 7.820, anexa, o Autógrafo de Lei nº 8.858/09, referente ao Projeto de Lei nº 264/09, de autoria do Vereador Juarez Gonçalves Vieira.

Atenciosamente,

João Carlos Coser Prefeito Municipal

Exmo.Sr.

Vereador Antônio Alexandre dos Passos Souza Presidente da Câmara Municipal de Vitória Nesta

Ref.Proc.6643608/09 - PMV

4145/09 - CMV

stn





LEI Nº 7.820

PROJETO DE LEI Nº: 264/09

PROCESSO Nº: 4 145/09

AUTOR: Guara Vicina

Obriga as salas de cinema e todos os locais que utilizam telas de projeção de filmes, shows e similares, localizadas no Município de Vitória, a promover, nas telas de projeção, a divulgação de fotos de criança e adolescentes desaparecidos.

O Prefeito Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, na forma do Art. 113, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Vitória, a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam obrigadas todas as salas de cinema e locais que utilizam telas de proteção de filmes, shows e similares, localizadas no Município de Vitória, a promover, a divulgação de fotos de crianças e adolescentes desaparecidos, com seus respectivos nomes, bem como telefone para comunicar o seu paradeiro.

§ 1º. A exposição das fotos deve sempre ocorrer antes da exibição do filme em cartaz, dos shows e similares, nos espaços e períodos destinados à intervalos.

§ 2º. O tempo destinado para a veiculação das fotos deve ser de, no mínimo, 30 (trinta) segundos, por cada exibição do filme em cartaz, shows e similares.

Art. 2º. Para a obtenção das fotos de crianças e adolescentes desaparecidos, as empresas responsáveis pela exibição de filmes, shows e similares poderão articular-se com os seguinte organismos:

I - Conselho de Proteção a Infância e
 Adolescência do Estado do Espírito Santo;

Processo Folha Ruprica
U 45 22 W

Lei nº 7.820-09-fls. 2 -

#### Prefeitura Municipal de Vitória

II - Varas da Infância e da Juventude
sediadas no Município de Vitória;

III - Organizações Não Governamentais - ONGs ou fundações, legalmente constituídas, cujas respectivas finalidades estatuárias sejam localizar crianças e adolescentes desaparecidos;

IV - Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e Adolescente, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República;

V - Conselhos Tutelares, entre outros.

Art. 3º. As autorizações, liberações para exibição de filmes e realização de shows e similares, estarão condicionadas ao cumprimento desta Lei.

Art. 4º. Os estabelecimentos que descumprirem o disposto nesta Lei estarão sujeitos, sem prejuízo de outras sanções legais, a:

T - notificação para cumprimento com prazo de 48 horas;

II - suspensão do funcionamento, por 30
(trinta) dias, caso seja constatado o não cumprimento no prazo
assinado no inciso I deste artigo;

III - cassação do Alvará de Licença para estabelecimento, na reincidência da irregularidade.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor após 45 (quarenta e cinco) dias de sua publicação.

Palácio Jerônimo Monteiro, em 05 de novembro de 2009.

João Carlos Coser Prefeito Municipal

Ref.Proc.6643608/09

/stn